

ATA DA 214ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DO EGRÉGIO CONSELHO DELIBERATIVO
DA ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA PONTE PRETA COUNTRY CLUB

1 Aos vinte e sete dias do mês de junho de 2.008 (27/06/2008), às 20 horas, no Auditório do Ginásio Social e
2 Esportivo, realizou-se a **214ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO DELIBERATIVO**
3 **DA ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA PONTE PRETA COUNTRY CLUB**, em segunda convocação, com a presença
4 de trinta e nove (39) conselheiros, conforme assinaturas no Livro n.º 04 "REGISTRO DE PRESENÇA", às
5 folhas vinte e sete (27) verso e vinte e oito (28) anverso. Registrou-se a presença nesta reunião dos Convidados:
6 Srs. **Nadir Francisco Calvi, Ailton Dermival Tordin, Dr. Celso Aparecido Carboni, José Carlos Sartori,**
7 **Marcos Reinaldo Bacan, Dr. Gustavo Meneses de Oliveira, Sérgio Juliato, Claudinei Paranhos, Moysés**
8 **Antonio Moysés, Drª. Aurélia Carrilho Moroni Simas e Wilian Lisboa Simas.** O Edital de convocação foi
9 publicado no "Jornal de Valinhos", edição do dia 16 de junho de 2008, à página 14 e afixado em todos os
10 quadros de avisos do Clube, com a ordem do dia, a saber: **a) Leitura, Apreciação e Votação da Ata da Reunião**
11 **Anterior; b) Participação da Drª. Aurélia Carilho Moroni, advogada da Delta Assessoria Empresarial, para**
12 **prestar esclarecimentos sobre o andamento do Processo de Compensação de Tributos junto ao INSS; c) Leitura**
13 **do Expediente; d) Leitura, apreciação e votação de Proposta da Mesa Diretora, referente à fixação de valores**
14 **para Cessões e Locações de dependências.** Abrindo a reunião, o Presidente da Mesa Diretora Sr. **OSVALDO**
15 **SEROTINE**, agradece a presença de todos Conselheiros, Diretores, em especial do Dr. Gustavo Meneses, Dr.
16 Celso Carboni, Airton Tordin, Marcos Bacan, Dr. Wilian e da Drª. Aurélia, comentando que muito gentilmente
17 ela se locomoveu por 280 km para prestar esclarecimentos, mostrando um alto grau de profissionalismo e
18 respeito para com este Conselho Deliberativo. Antes de começar a reunião convida o Presidente da Diretoria
19 Executiva Sr. **Moysés Antonio Moysés** e a Dra. Aurélia para compor a mesa dos trabalhos. Dando início a
20 reunião passa para o **ITEM A** da ordem do dia, **Leitura, Apreciação e Votação da Ata da Reunião Anterior.**
21 Aceito pela mesa o pedido da dispensa da leitura da ata feita pelo Conselheiro Pedro Luiz Leardine, o Presidente
22 da Mesa Diretora coloca em apreciação o teor da mesma. Com a palavra o Secretario NELSON VICENTINI que
23 cumprimenta a todos e comunica que foi enviado pelo Conselheiro Roberto dos Santos uma solicitação de
24 retificação na sua palavra na ata, NELSON explica que será transcrita na próxima ata na íntegra o texto que foi
25 enviado pelo conselheiro; como segue: "*Pronunciamento do Conselheiro Roberto dos Santos, na reunião*
26 *de 30.05.2008 O conselheiro Roberto dos Santos comenta que tomou conhecimento da ação no*
27 *desenvolvimento do seu trabalho como Diretor de Sede, onde constatou a compensação sem que*
28 *houvesse decisão judicial que a respaldasse, conforme havia comentado dessa necessidade, o*
29 *conselheiro Ricardo Surita dos Santos. Discorda, tecnicamente, do Heriberto do caminho escolhido.*
30 *Deixa registrado que detectou essa situação num determinado instante e não deu divulgação,*
31 *comunicando apenas duas pessoas e solicitando a não divulgação, mas a coisa tomou outra*
32 *proporção, não por seu intermédio. Decorrente dessa divulgação, não participou dessa ação atual,*
33 *cobrança da Receita Federal do Brasil, não participou das discussões e nem foi consultado sobre o*
34 *caminho a tomar. Esclarece que não fez juízo de valor, mas discorda do caminho escolhido com as*
35 *compensações, inclusive a não escolha dos honorários por resultado. Enfatiza, se não houve liminar,*
36 *não pode haver compensação. Concluiu que o procedimento adotado foi incorreto e que agora a*
37 *decisão do Presidente Moisés foi a mais correta para coletividade, entende que a situação tomou*
38 *outros rumos e que agora é necessário resolver, postergar não é benéfico. Agora o Presidente*
39 *necessita do respaldo dos Conselheiros para decisão que tomou, corroborado pelos membros da*
40 *Mesa*". Em seguida o Presidente da Mesa Diretora OSVALDO SEROTINE, em não havendo mais
41 manifestações coloca em votação o teor da ata, restando aprovado por unanimidade. Passou-se para o **ITEM B**
42 da ordem do dia, "**Participação da Drª. AURÉLIA Carrilho Moroni, advogada da Delta Assessoria Empresarial,**
43 para prestar esclarecimentos sobre o andamento do Processo de Compensação de Tributos junto ao INSS". O
44 Presidente da Mesa Diretora OSVALDO SEROTINE passa a palavra para Drª. Aurélia e solicita que ela faça um
45 esclarecimento e depois das devidas explicações ela estará à disposição para as perguntas dos conselheiros. Com
46 a palavra Drª. AURÉLIA, cumprimenta a todos e se apresenta aos colegas advogados, entende que seria de
47 melhor proveito inverter a ordem, colocando-se a disposição para os questionamentos específicos. OSVALDO
48 SEROTINE pede que ela faça os esclarecimentos gerais e depois as questões dos conselheiros. BENEDITO
49 RUBENS DE SOUZA solicita qual foi o embasamento para entrar com as ações. Drª. AURÉLIA explica que o
50 embasamento legal é o que consta das iniciais, cujas cópias foram fornecidas ao clube e que esta documentação
51 está disponível. Comenta que foram ajuizadas cinco ações todas em mandato de segurança, esclarece que
52 Mandato de Segurança é a ação adequada para pedido de suspensão de cobrança e de compensação, segundo o
53 código tributário nacional. O mandato de segurança neste caso serviria para coibir uma cobrança indevida e
54 viabilizar o aproveitamento de valores cobrados indevidamente no prazo de 10 anos retroativos a propositura da

55 ação. Explica que a primeira seria o PIS sobre a folha de pagamento e contribuição sobre pagamento de
56 autônomos o Pró-labore estas duas ações foram propostas com base em uma legislação julgada inconstitucional
57 num determinado período, mas que hoje é legal; outras três situações é o SAT – Seguro Acidente de Trabalho,
58 onde o clube se enquadra equivocadamente num grau de risco maior do que o grau mínimo, devido á uma
59 confusão entre os clubes que possuem atletas profissionais em sua folha de pagamento, o que não é o caso do
60 Country Club, onde poderia-se preitear a redução da alíquota, porque houve um equívoco de enquadramento.
61 Cita outra, o Sistema “S” (*Conjunto de onze contribuições de interesse de categorias profissionais, estabelecida
62 pela Constituição brasileira*) recolhido em folha de pagamento, explica que a lei prevê o recolhimento das
63 empresas com objetivo de lucro, comenta que o fundamento da ação está baseada em que, entidades sem fins
64 lucrativos não estão obrigadas pelo Art. 577 da CLT ao recolhimento das contribuições do Sistema S. Cita
65 também a situação do INCRA (*Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária*), foi feito o pedido de
66 suspensão em função da revogação da lei a partir de 1991 para a empresa urbanas. Resume que objeto da ação, o
67 fundamento legal é bastante óbvio até para o leigo; explica que o recolhimento do Pró-labore e do PIS, pelo
68 período delineado na ação foi indevido por todas as empresas, explica que foi corrigida a legislação para instituir
69 novamente a cobrança, e o que foi recolhido do contribuinte há que ser devolvido. Concluídas as explicações
70 fundamentais das ações, coloca-se a disposição para as perguntas. Manifestou-se o Conselheiro: ANTONIO
71 RICARDO SURITA DOS SANTOS indagando se foi sugestão da Dr^a. a suspensão do pagamento pelo clube do
72 Crédito Tributário. Respondido pela Dr^a. AURÉLIA que foi uma orientação baseada em uma Lei Federal de
73 número 8383 de 1991, Art. 66, a qual diz que sempre que houver pagamento indevido ou a maior é facultado ao
74 contribuinte via auto lançamento efetuar a compensação, podendo ser feita posteriormente à homologação pelo
75 órgão arrecadador no caso o INSS. Dr^a. AURÉLIA continua coma as explicações técnicas. SURITA indaga
76 ainda se o clube não correu um risco muito grande em ter deixado de pagar, tendo passado por duas vias judiciais
77 e nenhum destes julgadores terem acatado esta tese, onde incide custas de juros e despesas. Dr^a. AURÉLIA
78 explica que uma das orientações dadas e cumpridas é que o valor fosse investido, de preferência e se possível em
79 patrimônio. Explica que as ações são baseadas em jurisprudência de última estância. SURITA comenta que
80 mantém a sua posição anterior em que se deve pagar, assumindo porque não temos segurança nenhuma. Neste
81 momento o Presidente da Mesa OSVALDO SEROTINE se manifesta passando a palavra ao Presidente da
82 Diretoria Executiva MOYSÉS ANTONIO MOYSÉS. Cumprimentando a todos MOYSÉS ANTONIO MOYSÉS
83 comenta que como Presidente atual tomou conhecimento do fato da compensação que havia sido feita pelo ex-
84 presidente Heriberto Pozzuto, o qual havia dito que na ocasião seria um presente para ele essa compensação
85 porque seria um dinheiro que ele poderia usar em patrimônio, e só depois foi entender porque patrimônio. Disse
86 que o INSS cobrou e que ele tinha prazo para cumprir e foi tomadas as providencias. Comenta que em contato
87 com a APESEC que foi a articuladora entre a Delta e os clubes, que através do Presidente Eduardo, sugere hoje
88 aos clubes que paguem a dívida, porque a possibilidade de perder a ação e de 90%, cita nomes de alguns clubes
89 que estão pagando e providenciando fundo de caixa para isto. Explica que as orientações que tem recebido é que
90 não tem certeza de ganhar essas ações, a possibilidade de ganho é muito pequena, ou seja, em 10%, é o que julga
91 a APESEC que foi quem recomendou a DELTA aos clubes. Explica que analisando os documentos que
92 aplicação foi de R\$ 190.000 e a dívida é de R\$ 330.000, que como engenheiro civil levantou o “cub” da
93 construção civil nesse período e que não acompanha essa evolução, entende que foi um investimento de risco
94 que foi feito sem certeza de ganhar a ação, é um prejuízo ao patrimônio do clube, que existem a multas
95 aplicadas, que são muito maiores que qualquer aplicação bancaria não sendo vantagem ao clube manter-se
96 devedor pagando taxas. Dirigi-se a Dra. Aurélia perguntando qual seria a probabilidade de ganho que foi
97 indagada pelo Surita, comenta que o contrato feito, foi de risco e não de resultados, comenta que como
98 presidente hoje poderia e confessa que seria bom empurrar para frente e deixar para o próximo presidente, mas
99 mostra-se preocupado porque foi quem tomou conhecimento do fato e levou ao conhecimento da Mesa do
100 Conselho e dos Conselheiros, tem hoje a responsabilidade de conduzir o processo. Comenta que foi procurado
101 pela Delta, como Presidente da Associação dos Despachantes de Valinhos, por um coronel que falou em nome
102 da Delta e que citou o clube como referência, e que de imediato se negou entendo que não era o caminho, foi
103 procurado também no clube e se negou novamente, lamenta a falta do Conselheiro Roberto dos Santos que é um
104 fiscal do INSS, um critico sobre a matéria. Explica que todos têm muitas dúvidas e que queria saber hoje qual o
105 grau de certeza que isso vai resultar para o clube. Explica que a situação de hoje como Presidente é de cumprir o
106 seu mandato e fazer o que tem que ser feito, em não pagando a dívida agora seria melhor, mas não pode ser
107 irresponsável de não submeter ao Conselho que é soberano. Comenta que se não tiver nenhuma legislação como
108 amparo, que depende do executivo, que esse tipo de anistia não é bem visto aos olhos do contribuinte, não pode
109 ficar esperando uma anistia. Cita novamente sua preocupação e o que interessa é uma afirmação de qual é a
110 garantia de que o clube ganhe essa ação, para que o Conselho tome uma decisão, comenta ainda que essa
111 aplicação que foi em patrimônio e que realmente foi feita, mas não é um patrimônio que possa vender para pagar
112 uma dívida que as obras não podem ser vendidas, fazem parte do contexto. Indaga novamente, se deve pagar ou
113 não a dívida, e que se for pensar em aplicação financeira citando as taxas, não acredita que haja uma anistia

114 futura, e que isso só contribui ao mal pagador e que não se enquadra nesse grupo. O que quer saber realmente
115 qual o grau de certeza que o clube vai ganhar essa ação. Novamente com a palavra a Dr^a. AURÉLIA comenta
116 que deve abordar outros temas mencionados pelo Moysés, explica que houve situação de pessoas se passando
117 por representantes da Delta, comenta que só tem três clientes na região. Que foi feito um documento para
118 esclarecer essa situação, onde a empresa não poderia se responsabilizar pelas atitudes destas pessoas, não
119 existem processos. Comenta ainda sobre os valores da compensação que foi de R\$ 250.000 de crédito nas ações
120 e não débito, que é necessário se tratar do valor exato compensado da dívida. Em relação aos índices de êxito,
121 explica que trabalha baseando-se em na legislação e jurisprudência, pergunta em que foi baseado para se falar
122 somente em 10% de êxito. MOYSÉS explica que é da APESEC a entidade que apresentou a Delta ao Clube e do
123 corpo jurídico que entende que a ação não é eficaz e não vai surtir o efeito esperado. Comenta que ouviu do
124 Presidente da APESE Sr. Eduardo, sugerindo ao clube que providencie o pagamento porque esta ação esta
125 perdida, diante disto existem dúvidas de que esta ação seja vencedora. Dr^a. AURÉLIA comenta que aceita que
126 haja dúvidas de que a ação seja ganha, mas não a certeza de que já esteja perdida, menciona novamente que há
127 fundamento baseada na legislação e na jurisprudência. Questiona se houve recurso da cobrança administrativa.
128 MOYSÉS explica que quando recebeu a cobrança a primeira pessoa informada foi o Heriberto e que foi
129 fornecido a ele um código para ter acesso às informações, sugeriu-se retificar a G-FIP, o que foi pelo escritório
130 através do Airton, que o INSS não queria aceitar no começo a retificação, depois foi solicitado novamente com a
131 documentação, pois havia um erro do escritório de contabilidade que fazia a G-FIP anteriormente, quando o
132 INSS informou uma dívida de R\$ 56.000. Comenta que o secretário Roberto acionou a Dr^a. AURÉLIA,
133 participando do fato, Moysés pede a Dr^a. que responda a questão, pois é a pessoa contratada pelo clube para
134 trabalhar na ação. Dr^a. AURÉLIA responde que está acompanhando os processos até a última instância, comenta
135 que foi feito a ela uma solicitação de documentos e que todos foram encaminhados para o departamento jurídico
136 para que analisasse o que fazer, que apenas atendeu a solicitação do clube. Explica que o clube tinha a
137 prerrogativa de contratar outros profissionais, o que foi feito e que não foi consultada sobre a possibilidade
138 parcelamento, só foi solicitado informações e documentações. MOYSÉS entende que não contratou ninguém
139 especial para este serviço, entende que a Dr^a. AURÉLIA tinha todas as informações e que a obrigação
140 profissional seria dela, pois existe um contrato firmado onde a Delta deveria responder por isso. Dr^a. AURÉLIA
141 coloca novamente que só recebeu a solicitação de documentos que não foi informada da notificação e nem da
142 situação. Que os próprios advogados entraram em contato com ela somente para solicitar informações, já
143 designados para recurso administrativo. MOYSÉS explica que os R\$ 56.000 que o INSS não aceitou, foi
144 parcelado. Que os valores pagos referente ao INCRA já foram repassados pelo INSS e que não provável que
145 estes valores retornem, pois o clube tem que buscar diretamente no INCRA. Diz que sua preocupação atualmente
146 é com o montante total, entende que se a ação for ganhadora, não tem mais nada a fazer a não ser pagar os R\$
147 56.000 que pode ser pago pelo clube em 60 meses, porém se perder não tendo um caixa o clube pode ser
148 penalizado por isso. Volta a questionar o que mais interessa a ele e aos conselheiros, qual é porcentagem de que
149 o clube venha ganhar esta ação. Dr^a. AURÉLIA responde que analisando a legislação e a jurisprudência
150 entendendo que esta entidade preenche os requisitos legais para preitar a isenção do Sistema S, isenção do
151 INCRA, se esta entidade recolheu o SAT a maior e deve se enquadrar atualmente no recolhimento a menor e se a
152 análise for legal, diz que acredita que a ação tem 100% de êxito, diz ainda que se houver um fator que fuja a esta
153 interpretação, ela não pode garantir. MOYSÉS conclui que se esta for a certeza que o plenário entenda que é
154 válida, como Presidente do clube hoje entende que se tiver o respaldo de todos aceita também como 100% de
155 certeza. Neste momento o Presidente da Mesa Diretora OSVALDO SEROTINE coloca que hoje foi somente
156 para esclarecimentos e que as decisões serão tomadas depois, que com a presença dos representantes jurídicos,
157 atentos as explicações da Dr^a. AURÉLIA poderão dar um melhor posicionamento ao conselho e se for o caso,
158 através de propostas para serem votadas. Passa a palavra ao Conselheiro SURITA que faz uma colocação
159 dizendo que recurso administrativo agora é inócuo, que será incidido juros e correções. Pergunta qual é a posição
160 da Dr^a. Aurélia se deve ser pago ou não e se devemos confiar na ação judicial. A Dr^a. AURÉLIA responde que a
161 pergunta é objetiva, que em relação a análise legal é convicta. Coloca ainda alguns exemplos técnicos com
162 relação à legislação. Afirma que existe uma fundamentação legal em cima das ações e diz se a análise for feita
163 num panorama estritamente legal não há por que o clube deva realizar estes pagamentos e por consequência não
164 há por que entender que não poderá reaver o que foi pago indevidamente. Explica que está dando um parecer,
165 acreditando no êxito das ações. Coloca que pensando economicamente, se o clube prefere não correr este risco,
166 entende que esta é uma questão mais política do que de direito. Com a palavra o Ex-Presidente da Diretoria e
167 Conselheiro HERIBERTO POZZZUTO, que primeiramente agradece a presença da Dr^a. Aurélia dizendo que a
168 sua presença se não serviu para dar a certeza de 100%, foi para dar uma tranquilidade quanto ao processo, quanto
169 a competência e a seriedade. Diz que quando chegou à cobrança da Receita Federal no clube era de R\$ 300.00 e
170 que agora caiu para R\$ 56.000, colocou a dificuldade citada em se localizar e contatar o escritório responsável
171 pela ação, citando a idoneidade desses, que com a presença da Dr^a. foi provado que o clube ainda não perdeu a
ação. Comenta que na reunião anterior foi colocado que clube teria perdido a ação e que deveria pagar R\$

173 300.000 em 60 vezes, o que não ficou claro na outra reunião foi esclarecido agora, que a receita do Brasil que
174 engloba a Previdência aceitou a correção da G-FIP e esta cobrança de R\$ 300.000 caiu para R\$ 56.000. Comenta
175 ainda que na reunião anterior não se ficou sabendo se tinha sido feito a assinatura do contrato de parcelamento
176 com a Receita Federal, ficaram algumas duvidas sobre parcelamento e valores. Heriberto comenta ainda que
177 quer deixar claro que não tem nenhum interesse em levar nada pelo lado pessoal ou político, mas entendeu que
178 se foi dado uma conotação política quando o problema surgiu, onde procurou-se mostrar que foi um erro da
179 gestão passada, e que o clube teria que se desfazer do terreno e da extinção do Fundo Comemorativo dos 50
180 anos, que seriam votados na reunião anterior. Entende a preocupação do Presidente Moysés e não concorda com
181 a sua postura, que as decisões devem ser tomadas pelo Presidente e não pelo conselho. Diz que a obrigação do
182 Presidente e de informar e prestar contas para o conselho mas as decisões devem ser tomada pelo poder
183 executivo, eleito pelo voto direto, para tomar decisões no clube. Comenta que o que o Presidente da APESEC fez
184 foi “lavar as mãos”, que deveria ter chamado os clubes e a Dr^a. Aurélia para esclarecer o que estava acontecendo.
185 Que a APESEC está pagando porque o valor é baixo e é necessário estar com certidões negativas. Coloca que
186 não se apoiaria na orientação da APESEC para tomar a decisão. Dirige-se ao Presidente Moysés dizendo que o
187 apóia para na sua decisão de parcelamento ou apoio de voto para levantar verba, mas que não aceita o que foi
188 feito e dito por ele, com relação a incompetência do escritório, mostra-se satisfeito e tranqüilo com a presença da
189 Dr^a. Aurélia e com os esclarecimentos feitos por ela e que as decisões tem que ser tomadas pelo Presidente e
190 fiscalizadas pelo Conselho Deliberativo. O Presidente da Mesa Diretora passa a palavra ao Conselheiro
191 BENEDITO RUBENS DE SOUZA. O qual comenta que conselheiro é para dar conselhos, que o assunto foi
192 trazido pelo Moysés à Mesa do Conselho, e que na reunião passada foi comentado que o Presidente colocou a
193 situação toda sobre a ação e valores a pagar, num total de trezentos e poucos mil, e que o comentado que isto
194 poderia ser postergado pelo Presidente até o final da ação com resultado positivo ou negativo. Volta a comentar
195 que colocou ao Moysés que o problema não era só dele, pois foi levado ao conhecimento da Mesa do Conselho e
196 que ele como Presidente do Conselho não poderia permitir que isso fosse feito, embora a decisão deva ser
197 tomada pelo presidente, o Conselho deveria participar dela. E que em vista do montante e preocupados com o
198 futuro do clube, teria que se buscar alternativas para pagar e parcelar o valor principal, ou seja, algo acima de
199 trezentos mil reais. Indaga se o clube tinha um valor inicial de trezentos mil reais, qual foi o valor parcelado, a
200 informação recebida é de R\$ 56.000, indaga qual foi a preocupação dos contadores e da Diretoria em reduzir as
201 taxas cobradas e porque não se discutiu para se parcelar o total, visto que, na reunião anterior foi discutido
202 buscar recursos para se pagar um valor perto de quatrocentos mil reais. Entende que para pagar R\$ 56.000 o
203 clube tem verba, independente das obras ou que seja, mas para pagar quatrocentos mil é problema. Mostra sua
204 preocupação em saber como foi agido para decisão do parcelamento, cita a linha 210 da ata onde foi dito que há
205 uma divergência no valor de R\$ 56.000, entende que divergência é de calculo e não de valores a recolher.
206 Comenta ainda que terminou a reunião com duvida no valor real a ser pago, entende que quando foi discutido a
207 decisão foi de parcelar o valor total da divida e não valor divergente e que o problema continua. Coloca que
208 como contador e com vivência na área tributária, entende que não existe nada perdido, mas não existe nada
209 liquido e certo, existe uma base nas ações, mas pode haver uma mudança de curso e um julgamento
210 imprecendente. Comenta que agora após as explicações da Dr^a. Aurélia, todos sabem o que esta realmente
211 acontecendo, mas continua com sua dúvida em relação ao valor parcelado e qual foi a preocupação dos
212 Contadores e da Diretoria e do jurídico em saber como fazer para derrubar as taxas e porque não foi parcelado o
213 total. O Presidente da Mesa Diretora OSVALDO SEROTINE pede ao Presidente MOYSÉS ANTONIO
214 MOYSÉS para responder. MOYSÉS explica que primeiro quer responder ao Heriberto, deixa claro novamente
215 que a primeira pessoa, a saber, do recebimento do documento, foi o ex-presidente HERIBERTO POZZUTO e
216 não comunicou a mais ninguém. Comenta que o Heriberto era o dono do escritório de contabilidade Nove de
217 Julho que fez a G-FIP, entendeu que o escritório teria que fazer a retificação daquele documento, pois foi este
218 escritório que teria feito de forma errada, diz que recebeu orientação para passar ao atual escritório de
219 contabilidade, Núcleo, que assumiu a responsabilidade das ações do passado e fez a retificação da G-FIP,
220 comentou que houve transtornos, pois faltavam documentos que teriam que vir de Bauru. Cita que o Airton do
221 escritório Núcleo Contábil foi quem conseguiu fazer as compensações, acredita que assim reponde a questão do
222 conselheiro Benedito Rubens de Souza. Coloca que não fez “terrorismo” com ninguém, tal pouco questionou a
223 atitude do ex-presidente, explica que tomou a decisão, sem levar em consideração às decisões dos outros clubes,
224 confessa que pensou em passar a divida para frente e deixar que fosse paga na próxima gestão. Explica que
225 quando estava perto da decisão a ser tomada, informou a Mesa do Conselho e ainda não havia a reconsideração
226 da G-FIP. Coloca que foi uma discussão calorosa, onde o Presidente em exercício (Amaral) citou artigo do
227 estatuto dizendo que ele como pessoa física poderia responder pelo débito, explica que neste momento já tomou
228 a decisão de fazer uma composição para angariar fundos como foi apresentado na reunião passada. Comenta que
229 foi muito transparente e que não acusou ninguém, respondendo a questão do conselheiro Benedito Rubens de
230 Souza, porque do não parcelamento do total da divida, Moysés explica que este valor apareceu nos últimos dias
231 quando a Receita aceitou a regulamentação da G-FIP, onde surgiu o valor de R\$ 56.000 somente. Cita a ata

232 anterior, que foi aprovada, lendo alguns trechos. Dirige-se ao conselheiro Benedito Rubens de Souza que a
233 interpretação da língua portuguesa é confusa e cita que respondeu que havia divergência de R\$ 56.000, a G-FIP
234 não teria sido zerada, com isso tomou a decisão de parcelamento, mas que já havia tomado a decisão de pagar o
235 total, diante disso decidiu retificar a G-FIP, parcelando o valor de R\$ 56.000, houve ainda protelação de decisão,
236 até que a Dr.^a Aurélia viesse explicar a situação, coloca que hoje não será tomada decisão nenhuma. Diz que
237 espera ter respondido as questões. Explica que para a próxima reunião do conselho já tem o que propor e que
238 neste momento como presidente pretende dividir com todos que o ajudam a dirigir o clube, e com todos que
239 considera importante, comenta que está representando as pessoas que o elegeu e sente bem em estar
240 compartilhando com a mesa e o conselho a decisão que tem que ser tomada. O Presidente da Mesa OSVALDO
241 SEROTINE questiona quem efetivamente trouxe os documentos para a assinatura do parcelamento e se com isto
242 não houve uma confissão da dívida que possa vir a prejudicar a ação em andamento. AILTON responde que não
243 houve confissão de dívida, explica que o clube assumiu que foi feita uma compensação indevida, com o valor
244 que era devido para outras entidades como SENAC, SESC. Que o clube teria que se posicionar com a dívida
245 naquele momento sobre o valor de R\$ 56.000. NELSON VICENTINE se manifesta informando sobre sua
246 atuação como representante e vice-presidente, na reunião feita na APESEC, onde o Presidente José Wilson
247 apresentou aos clubes a empresa e seus representantes, a partir daí as negociações foram feitas no clube, indaga a
248 Dr.^a. se for pago a dívida este valor poderá ser resgatado futuramente se for ganha a causa. Dr.^a. AURÉLIA
249 responde que sim, porque a titularidade do crédito é do clube e que a ação proposta assegura que não haja
250 prescrição. A tramitação da ação não prejudica o prazo, que está preservado até o seu final, explica que houve a
251 compensação e que se for reconsiderada, este crédito volta corrigido pela SELIC - **Sistema Especial de**
252 **Liquidação e de Custódia**. Se houve uma confissão para efeito de parcelamento e baseado no valor apurado
253 naquele momento, que isto não atrapalha a ação. BENEDITO RUBENS DE SOUZA coloca que entendeu que o
254 que estava sendo discutido na reunião anterior era o valor total e não o valor de R\$ 56.000. Neste momento é
255 informado que foi feita a compensação antes da reunião. Continua dizendo que naquela reunião a diretoria
256 manteve o processo e a proposta sabendo que já tinha negociado e se já havia sido zerada a G-FIP, comentada
257 pelo Conselheiro Heriberto, entende que já tinha negociado o valor e predispostos a renegociar o restante num
258 total de R\$ 318.000, explica que ficou subentendido que foram negociados juros, dirige-se ao Presidente Moisés
259 dizendo que não foi dito por ele o valor correto do parcelamento. MOYSÉS diz que deixou claro que a sua
260 proposta era de parcelar o valor total, mesmo sabendo do saldo de R\$ 56.000. Que sua vontade naquele dia era
261 de se fazer um fundo para compensar esta pagamento. Concorde com o conselheiro Benedito que estava sendo
262 discutido o valor total, e a criação de um caixa com as propostas apresentadas. Explica que vai ouvir a diretoria
263 atual como se posicionar daqui para frente, comenta que hoje está com respaldo para tomar a decisão necessária.
264 Enfatiza que sua vontade era de se fazer um fundo para pagamento do valor total da dívida, entende que foi bem
265 aproveitado nas obras que não podem ser alienadas, mas que se o clube perder, os próximos gestores terão que
266 responder. Comenta que sua intenção era de preservar a entidade do Country Club. DAVISTON FERNANDO
267 MORASI indaga se a Delta irá acompanhar o processo até o seu final seguidamente, independente do tempo de
268 duração. A Dr.^a. AURÉLIA explica que irá acompanhar até a última instância. Informa que o clube tem acesso
269 através de site sobre o andamento da ação. Manifesta-se o Conselheiro GILMAR JOSÉ PAVAN colocando que
270 ao invés de discutir se existe culpa ou não, se foi viável ou não a ação, é entender e procurar uma solução, que a
271 probabilidade de ganho de uma ação é feita na época, não existe como saber se vai ganhar a ação ou não, com
272 relação às explicações da Dr.^a. Aurélia, comenta que ficou satisfeito com os esclarecimentos jurídicos e
273 tributários que são muito complexos. Com a palavra o representante jurídico do clube Dr.^o. CELSO CARBONI,
274 que primeiramente cumprimenta a Dr.^a. AURÉLIA e agradece sua presença, diz que tem por obrigação perante o
275 conselho e a colega, fazer umas explicações, comenta que seu escritório cuida da parte jurídica do clube e que
276 não é especialista na área tributária, que somente fez uma análise dos documentos enviados pela Delta. Concorde
277 com o Dr. Gilmar que o direito tributário é bastante complexo, que neste ramo de direito são vistas várias teses
278 aplicadas pelos escritórios que atuam nesta área. Valoriza o trabalho aplicado pela colega e faz algumas
279 colocações com relação às ações em andamento e seu ponto de vista. Agradece novamente a presença da Dr.^a.
280 Aurélia e deseja boa sorte e boa viagem. O Presidente da Mesa Diretora OSVALDO SEROTINE pergunta se
281 existe mais alguma questão por parte do plenário, em não havendo mais manifestação, agradece a presença da Dr.^a.
282 AURÉLIA em nome do conselho e diz que foi de suma importância os esclarecimentos que foram feitos.
283 Convida para permanecer na seqüência da reunião. Dr.^a. AURÉLIA pede licença para se retirar e agradece a
284 oportunidade de esclarecimentos e coloca-se a disposição para acompanhamento do processo. Neste momento o
285 Presidente da Mesa passa a presidência da reunião ao Vice-Presidente Daviston Fernando Morasi para
286 acompanhá-la até a saída. Em seqüência a ordem do dia passa-se para o **ITEM C**, o qual dizia respeito à Leitura
287 do Expediente. O Secretário NELSON VICENTINI, justifica a ausência dos conselheiros ADRIANO
288 CARDOSO TONON, JOSÉ APARECIDO AGUIAR, ROBERTO DOS SANTOS e VALDIR GARCIA.
289 Justificaram as faltas posteriormente os seguintes conselheiros: MARCO ANTONIO MONTEIRO, EDUARDO
290 SÉRGIO MALVEZZI, ROGÉRIO BUENO DA SILVA, EDER LINIO GARCIA, ADEMIR ANTONIO

291 FERRARI, ADEMIR JOÃO ROSSI, JORGE LUIZ DE OLIVEIRA e CLAUMILDO PARANHOS. Passa ao
292 Presidente da Mesa DAVISTON FERNANDO MORASI, que faz o convite para todos prestigiarem as finais dos
293 campeonatos internos de futebol no próximo final de semana. Em seguida NELSON VICENTINI faz a leitura do
294 convite aos conselheiros, encaminhado pela Conselheira Maria Elizabete F. de Moraes para a “Noite do Caldo”,
295 que será realizado no próximo dia quatro de julho a partir das 19h. Retomando os trabalhos o Presidente da Mesa
296 Diretora OSVALDO SEROTINE comenta sobre a cessão do ginásio ao Instituto Esperança, que foi votado na
297 reunião anterior e que não foi citado que a entidade pretende fazer um “Bazar de Natal” no dia do evento, por
298 falha da mesa. Pergunta ao plenário se algum conselheiro tem alguma coisa contra. Não houve manifestações.
299 Ato contínuo, o Presidente da Mesa passa para o último item da ordem do dia “d” – Leitura, apreciação e
300 votação da Proposta da Mesa Diretora, referente à fixação de valores para Cessões e Locações de dependências.
301 Convida o 1ª Tesoureiro, Claudinei Paranhos para fazer parte da mesa. Informa que a foi entregue a cópia da
302 proposta aos conselheiros e que a votação vai ser baseada nesta proposta. Com a palavra CLAUDINEI
303 PARANHOS explica que o restaurante foi locado no ano anterior por 23 vezes e o ginásio por quatro vezes,
304 neste ano o restaurante por 13 vezes e o ginásio por 04 vezes, comenta que existe uma ociosidade no restaurante
305 de 60% ao ano, entende que seria válido alugar por um valor maior, mas que os valores estão coerentes, propõe
306 um valor maior para os finais de semana. Comenta que tem consciência de que o clube tem muito a oferecer aos
307 associados, mas que o dia a dia está muito difícil e sente que o clube esta tendo muita dificuldade, cita a
308 inadimplência que chegou a 10%, explica que os valores foram baseados no sentido de se trazer o associado para
309 o clube, evitando que procurem outros locais para locar. Manifesta-se o Conselheiro CARLOS ANTONIO
310 MARIGHETTO que discorda com um dos itens da proposta, onde entende que Diretores, Conselheiros e
311 voluntários devem pagar igual aos associados, quanto o restante da proposta diz que está muito bem elaborada e
312 parabeniza a Mesa. Manifesta-se o Presidente da Mesa Diretora OSVALDO SEROTINE, dizendo que o clube
313 não pode oferecer pagamento aos diretores, colaboradores, mas entende que o clube tem por obrigação
314 reconhecer o trabalho feito por estes, comenta que já houve casos de cessões gratuitas no passado, por isso foi
315 pensando em uma diferenciação, coloca que é preferível pagar pouco menos, mas que se pague. Explica que a
316 proposta do conselheiro também será colocada em votação. Manifestou-se o conselheiro ANTONIO RICARDO
317 SURITA DOS SANTOS, dizendo que a proposta esta muito bem elaborada mas sugere que nas locações para
318 associações e entidades que não sejam da cidade de Valinhos, deve-se submeter à votação no conselho. O
319 Presidente da Mesa Diretora OSVALDO SERTOINE, sugere então que as entidades de outras cidades paguem o
320 valor proposto para não associados. Explica ainda que será baixada uma portaria para estas locações com preços
321 já pré-fixados, comenta ainda que a locação é para o espaço mesas e cadeiras, pois existem entidades que
322 solicitam o uso de fogões e geladeiras, cabendo a diretoria o empréstimos destes. Esclarece que a Diretoria
323 deverá informar ao conselho toda locação feita a entidades para conhecimento. Manifestaram-se também a
324 respeito os conselheiros PEDRO LUIZ LEARDINE quanto à diferenciação de valores entre associados e não
325 associados nos dias de semana; CARLOS ANTONIO MARIGHETTO quanto ao “Termo de responsabilidade”
326 proposto, as quais foram respondidas pelo Presidente da Mesa Osvaldo Serotine. HERIBERTO POZZUTO
327 parabeniza a diretoria e a mesa pela proposta apresentada, dizendo que esta proposta trará o mesmo efeito de
328 quando foi criada “Taxa de Visita”, isentando a diretoria de se fazer favores e sem constrangimento para quem
329 pede. Concorde também com a colocação do 1º Tesoureiro Claudinei Paranhos, mostrando que a preocupação na
330 viabilização destas locações, concorda ainda com a diferenciação aos conselheiros, que merecem um
331 reconhecimento pelo trabalho, vota na proposta na integra. Encerradas as manifestações, o Presidente da Mesa
332 Diretora OSVALDO SEROTINE coloca em votação as proposta apresentadas, sendo a da Mesa do Conselho e
333 da Diretoria na integra e a do Conselheiro Carlos Marighetto com relação à diferenciação para Diretores,
334 Conselheiros e Membros de Comissões que deve ser cobrado o mesmo valor de associados. Informa que com
335 relação à colocação do conselheiro Surita, referente às locações para entidades de outras cidades, pagaram o
336 valor de não associados, para que não sejam mais trazidas para o conselho votar. Coloca então a proposta em
337 votação na integra, como foi apresentada, restando aprovada pela maioria dos votos. Em não havendo mais quem
338 quisesse fazer uso da palavra, o Presidente da Mesa, Sr. OSVALDO SEROTINE, deu por encerrada a reunião,
339 às 22h25min, agradecendo a presença de todos e colocando que a reunião de hoje foi muito importante e
340 esclarecedora, mostra-se satisfeito com o número de conselheiros presentes, entendendo assim que o conselho
341 está interessado nos problemas do clube deixando o presidente respaldado. Eu, NELSON VICENTINI –
342 Primeiro Secretário redigi a presente ata, que segue assinada por mim e vistada pelo Presidente da Mesa, a qual
343 submeto à apreciação de todos. Aos 27 de junho de 2008. Ass. _____ NELSON
344 VICENTINI, Primeiro Secretário e Ass.: _____ OSVALDO SEROTINE – Presidente
345 do Conselho Deliberativo.